



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

**MATINHOS
2014**



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Dirigentes

Reitor: Zaki Akel Sobrinho

Vice-reitor: Rogério Andrade Mulinari

Diretor do Setor Litoral: Valdo José Cavallet

Vice-diretor do Setor Litoral: Renato Bochicchio

Coordenador de Curso: Neilor Vanderlei Kleinübing

Vice-coordenadora de Curso: Maria da Graça Kfourir Lopes

Servidores Docentes integrantes da Câmara

Afonso Takao Murata	Marisete Teresinha H. Horochovski
Daniel Canavese de Oliveira	Nadia Terezinha Covolan
Daniela Archanjo	Neilor Vanderlei Kleinübing
Marcos Claudio Signorelli	Rodrigo Vassoler Serrato
Margio Cezar Loss Klock	Sandra Simm Rohrich
Maria da Graça Kfourir Lopes	Suzane Oliveira
Marília Pinto Ferreira Murata	

Servidores Técnico Administrativos

- **Assessoria da Câmara:** secretária executiva Luciane Bimbatti
secretária executiva Thais Silva Santos

- **Integrantes da Biblioteca Setorial:**

Caio Faria da Fonseca
Clarice Siqueira Gusso
Helder Dantas de Santana
Kyrana da Costa Silva
Maikon P. Garcia

Marilene do Rocio Veiga
Neloeci Forghieri
Romilda Aparecida dos Santos
Simone Ferreira Naves Angelin

- **Coordenação Acadêmica:**

Douglas Ortiz Hamermuller
Margareth Laska de Oliveira



CURSO DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

1 DADOS GERAIS DO CURSO

Tipo: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Denominação: Saúde Coletiva

Diploma a ser expedido: Bacharel em Saúde Coletiva

Regime de matrícula: Semestral

Local de oferta: Setor Litoral

Turno: Matutino

Número de vagas/ano: 50

Carga horária total: 3.250 horas

Prazo de integralização curricular: mínimo de 08 semestres e máximo de 12 semestres

Coordenador do curso: Neilor Vanderlei Kleinübing

2 COMISSÃO ELABORADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Comissão elaboradora do Projeto Pedagógico do Curso foi composta pelos seguintes membros, docentes e servidores técnicos colaboradores do Curso:

Professores:

Afonso Takao Murata
Daniel Canavese de Oliveira
Daniela Resende Archanjo
Marcos Cláudio Signorelli
Maria da Graça Kfoury Lopes
Márgio Cezar Loss Klock
Marília Pinto Ferreira Murata
Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski
Nadia Terezinha Covolan
Neilor Vanderlei Kleinübing
Rodrigo Vassoler Serrato
Sandra Simm Rohrich
Suzane de Oliveira

Servidores técnicos:

Secretaria executiva Luciane Bimbatti
Secretária executiva Thais Silva Santos

Coordenação Acadêmica:

Douglas Ortiz Hamermuller
Margareth Laska de Oliveira

3 APRESENTAÇÃO

A Saúde Coletiva surge no contexto da década de 1970, onde se pode destacar a profunda crise social, caracterizando a saúde por grandes iniquidades. Baseada amplamente no modelo hospitalocêntrico e atendendo a interesses privatistas, excludente e pouco resolutiva.

O panorama abre espaço para questionamentos e contraposições, no que tange o campo científico, e propostas no movimento ideológico. Ambos estão intrínsecos e acumulam-se no processo histórico de constituição da área da Saúde, especialmente na América Latina.

Amparada pelo Movimento Sanitário e articulando atores diversos como sindicatos, organizações populares, academia e instituições, o reforço de elementos como: (I) a democratização da saúde e da sociedade; (II) a superação do modelo biomédico, pautado principalmente no enfoque biologicista; (III) a valorização e produção científica pautada na concepção ampliada da saúde; (IV) a consideração do corpo na relação espaço-temporal, ambiente e sociedade; (V) a formulação e implementação do Sistema Único de Saúde e sua legislação; (VI) a ação profissional, dos sanitaristas, prioritariamente no espaço público da Saúde.

Esse movimento de Reforma Sanitária, ao assumir posição técnica e política, culmina nas conquistas da Constituição Federal de 1988 que, entre outras, passa a garantir a saúde como direito do cidadão e dever do Estado, universalizada ampliada.

Os pilares da Saúde Coletiva costumam ser elencados como oriundos de ordem ideológica, ou das ciências da saúde, ou ainda das ciências sociais e humanas. Na tabela abaixo, elencam-se algumas definições de Saúde Coletiva, selecionadas meramente no sentido de ilustrar o tema.

Definições ou sínteses encontradas para Saúde Coletiva

Definição ou Síntese

Campo multiparadigmático, interdisciplinar, formado pela presença de tipos distintos de disciplinas que se distribuem em um largo espectro que se estende das ciências naturais às sociais e humanas, certamente possibilitará o aparecimento de novos tipos de disciplinas, que nascem nas fronteiras dos

conhecimentos tradicionais, ou na confluência entre ciências puras e aplicadas, mas que caracteriza como “patchwork” combinatório, que visa a constituição de uma nova configuração disciplinar capaz de resolver um problema preciso. (POMBO, 2003).

Mosaico – conjunto formado por partes separadas, mas que se aproximam quando a compreensão dos problemas ou a proposta de práticas se situam além dos limites de cada “campo disciplinar”, exigindo arranjos interdisciplinares. (NUNES, 2009).

Campo científico, onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto “saúde” e onde operam distintas disciplinas que o contemplam sob vários ângulos; e como âmbito de práticas, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não) dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como “setor saúde”. (PAIM e ALMEIDA FILHO, 1998).

A consolidação do sanitário (profissional de Saúde Coletiva) nas últimas décadas tem acontecido através da pós-graduação *lato/stricto* senso. Nesse sentido são profissionais oriundos principalmente da medicina, odontologia, farmácia, enfermagem entre outros, que participam de mais de um ciclo formativo. Essa necessidade de “profissionalização em dois tempos” ocorre pela insuficiência nos currículos de graduação de abordagens profundas em temas como políticas públicas, epidemiologia, saúde ambiental, planejamento e gestão, sociologia e antropologia, por exemplo.

As profissões da saúde ainda são muito influenciadas pelo modelo hegemônico, tomando como unidade de ação e reflexão, o indivíduo, em sua dimensão anátomo-clínica. Essa tônica é reconhecidamente insuficiente para as ações no campo da Saúde Coletiva.

No exercício de sua função, o bacharel em Saúde Coletiva (sanitário), interage predominantemente em espaços e organizações de interesse público tais como, secretarias, empresas e autarquias, além de inserção de âmbito privado. Compromete-se com atividades na área de planejamento e a programação físico-financeira, gestão e avaliação de serviços e ações de vigilância à saúde, saúde ambiental, auditoria, educação e promoção à saúde, prevenção e controle de agravos. Encontra-se imerso no Sistema Único de

Saúde, com seus desafios diários no território brasileiro. Ou seja, atua em um universo complexo que transcende a questão meramente clínica, culminando em um campo de atuação com identidade própria e, recente, em grande expansão.

A proposição do curso de graduação em Saúde Coletiva ocorreu da necessidade de profissionais oriundos de currículos menos fragmentados e menos focados nas diretrizes das corporações. Em contraposição, mais integrados com o conceito ampliado da saúde e suas interfaces, além de centrados na perspectiva, convocada pela área, inter e transdisciplinar. Há necessidade, portanto, da antecipação do ciclo formativo.

Segundo Elias (2003), uma vez que a Saúde Coletiva se conforma com o campo de conhecimentos e de práticas, contempla assim, os requisitos formais para estruturar uma graduação. No que tange as instituições públicas de ensino superior, há que se destacar seu compromisso social em articular-se e comprometer-se com a saúde pública. Por fim a necessidade de uma abordagem integrada das relações entre os elementos dos meios físico, natural, sociocultural, econômico e político consolidam justificativas importantes.

A graduação em Saúde Coletiva conclama uma estrutura pedagógica que rompa a tradicional forma disciplinar, formulando outra proposta que emane da interação entre a instituição formadora, os serviços e a comunidade. Desde 2000 diversas instituições de ensino superior (IES), principalmente federais, tem promovido debate intenso sobre tal desafio.

Cabe destacar importante marco ocorrido em 2002, ocasião em que foi organizada uma Oficina de Trabalho, reunindo dirigentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), representantes de Universidades, Ministério da Saúde, Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), como objetivo de analisar a pertinência e viabilidade de criação do curso na atual conjuntura, levando-se em conta o desenvolvimento teórico-conceitual da área de saúde coletiva, as tendências de mudança do modelo de atenção à saúde e as demandas do mundo do trabalho no setor. O encontro apontou para a necessidade de avanço na elaboração do projeto político-pedagógico do curso e para a pertinência de implantação, não só na UFBA, mas em outras IES no país.

Ainda em 2002 a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) apresenta à comunidade a primeira graduação na área de Saúde Coletiva do

país, intitulada Análise de Políticas e Sistemas de Saúde. E no panorama global, há “eco” mundial na formação do bacharel em Saúde Coletiva. Diversos países como Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Vietnã, Austrália, Chile e México apresentam cursos com esta proposta.

Necessário ainda apontar que este Projeto de Curso insere-se em um Projeto Institucional da UFPR no litoral do Paraná, através do qual o Setor Litoral passa a orientar sua oferta de cursos de graduação em torno dos eixos da Educação, do Meio Ambiente e da Saúde.

Em 2008 a direção do Setor Litoral solicita levantamento de informações sobre a viabilidade de implementação do curso. Em 2009, a portaria 19 designa uma comissão para coordenar a elaboração da proposta. Em 12 de agosto de 2011, em complemento à Portaria 19/2009, é promulgada a Portaria Nº100/SETOR LITORAL que designa o Núcleo Docente Estruturante do curso.

A partir do ano de 2009 é promovido o primeiro concurso vestibular de Saúde Coletiva na UFPR. A concorrência estabelecida foi de dois candidatos por vaga e cem por cento de candidatos da área de abrangência do Setor, os sete municípios localizados na região litorânea.

Em 2013, a Câmara do Curso preocupada com as aulas práticas e estágios/vivências, e em decorrência do horário de funcionamento dos equipamentos de saúde do SUS no litoral, aprovou a oferta do curso no período da manhã. E ainda neste ano o curso foi aprovado pelo e- MEC, com conceito “4” (quatro). Portanto, neste momento temos três turmas no período noturno e uma turma no período da manhã (a turma de 2010, com formatura em outubro de 2014).

4 JUSTIFICATIVA DA REFORMULAÇÃO DO CURSO

O litoral do Paraná se configura como uma das regiões mais carentes do Estado, com economia estagnada, baixos índices de qualidade de vida, apresentando um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Estado. Esta região constituída por Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba apresenta características demográficas, ambientais, econômicas e de saúde, diversas, que apresentam intensas iniquidades sociais.

Esta região se caracteriza por peculiaridades socioambientais, que

influenciam de maneira complexa o processo de saúde-doença da população residente. Estes desafios são amplos e profundos, reforçando a importância da Universidade ofertar o curso de Saúde Coletiva.

Entretanto, devem-se destacar as potencialidades inerentes à região, tais como a presença de comunidades tradicionais, a rica biodiversidade local, as múltiplas manifestações culturais e a possibilidade efetiva de criação de espaços favoráveis à saúde e qualidade de vida. Contudo, a realidade sócio-ambiental do litoral do Paraná envolve fragilidades como: histórico da região; regularização fundiária, drenagem pluvial, processo de urbanização, expansão desordenada, ocupações irregulares, falta de saneamento básico, atividades portuárias e sazonalidade da economia e de fluxo de pessoas.

Entre os problemas no âmbito da Saúde Coletiva enfrentados pelos municípios na região litorânea, destacam-se os desafios peculiares que a maioria dos municípios de pequeno e médio porte enfrenta em todo território nacional, como: dificuldade de gestão e administração na área da saúde, número insuficiente de profissionais, baixa qualificação e falta de educação permanente nos setores de vigilância em saúde dos municípios. Além disso, evidenciam-se deficiências nos dados e pesquisas relacionadas à saúde da população residente na região, bem como a falta de articulação e divulgação das informações existentes. Isto dificulta a formulação, a implementação e a avaliação das ações e serviços de saúde, sua análise e posterior redirecionamento em busca de eficiência e eficácia.

Tendo esta situação caracterizada (riqueza ambiental e cultural x baixo IDH), a constituição de espaços de discussão por instituições dos diversos setores torna-se fundamental. Assim, a proposta é estimular alternativas viáveis de formação do homem como ser integral e parceira na geração de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, capaz de propiciar as condições objetivas para uma vida compatível com a dignidade, saúde, qualidade de vida e justiça social (UFPR, 2008).

Para buscar soluções e alternativas para este cenário desafiador, o curso de graduação em Saúde Coletiva pretende discutir estas questões com a ideia de integrar diversos interesses e abordagens na perspectiva de inclusão sócio-pedagógica da população residente nos municípios do litoral do Paraná.

Desta maneira, o panorama socioeconômico apresentado sustenta e

embasa a organização curricular teórico-prática do PPC do curso de Saúde Coletiva.

Por fim, a justificativa para as alterações no PPC de Saúde Coletiva está na implantação do estágio obrigatório na trajetória acadêmica, um dos motivos da oferta do curso no período diurno, a adequação do nome dos módulos aos conteúdos desenvolvidos, acompanhando a proposta pedagógica dos demais cursos de saúde coletiva ofertados em outras IFES e aproveitando o momento da reestruturação que a UFPR está fazendo de sua oferta de cursos de graduação no Setor Litoral. Nesta reestruturação, o curso de Saúde Coletiva, um dos cursos da área da saúde com oferta regular no setor, passa a ocupar uma posição decisiva na contribuição desse Setor da UFPR para o desenvolvimento do Litoral do Paraná.

5 PERFIL DO CURSO

A Saúde Coletiva é um campo interdisciplinar por natureza. Assim sendo, constitui-se como um campo de saberes e práticas que se utiliza do método científico para desenvolver seu conhecimento, tendo como objeto de estudo as necessidades sociais em saúde. Ainda, aborda a saúde do ponto de vista coletivo, mas esta abordagem não invalida os esforços de diálogo com a saúde individual e com a clínica, contudo subordina esta última aos interesses da coletividade.

Logo, é papel ontológico da Saúde Coletiva defender a saúde como um direito coletivo imprescindível à construção da cidadania. Nesse sentido, pode-se dizer que o campo da saúde coletiva se estrutura em um tripé de ações:

- utiliza-se de uma ferramenta que desvenda a situação saúde-doença-cuidado, seus riscos e determinantes de forma coletiva - **a epidemiologia**;

- a ação tecnológica se manifesta na organização de serviços e sistema de saúde via Estado e em constante debate com a sociedade civil – **a política, planejamento e gestão em saúde**;

- a prática social se realiza na busca por ações/serviços que operem maximizando a lógica da busca pela saúde – **a promoção da saúde**.

Portanto, a Saúde Coletiva abrange um campo de ações e saberes, voltado para a promoção, proteção e recuperação da saúde das populações, respeitando suas diversidades, entendendo saúde como um processo que

envolve questões epidemiológicas, socioeconômicas, ambientais, demográficas e culturais.

A criação dos Cursos de Graduação em Saúde Coletiva é resultado de um esforço acumulado de estudos e discussões sobre sua viabilidade que têm sido feitas em diversas universidades brasileiras.

A graduação em Saúde Coletiva antecipa a formação de profissionais de saúde e tem como propósito contribuir para a construção e melhoria do Sistema Único de Saúde e dos Subsistemas de Saúde.

O curso pretende reunir conhecimentos necessários às transformações das práticas em saúde e formar profissionais que se tornem agentes transformadores do perfil sanitário e da consolidação de práticas mais adequadas às necessidades de saúde da população.

A necessidade de criação de cursos de graduação em Saúde Coletiva, bem como as implicações de sua oferta, tem sido considerada ação estratégica por estar diretamente relacionada ao processo de consolidação da área de saúde coletiva no Brasil e às lacunas resultantes da ausência dessa formação no âmbito do ensino superior (UnB, 2009).

Nesse aspecto, é que o curso de Saúde Coletiva traz a perspectiva de dialogar os saberes e práticas no processo de saúde e doença, bem como na execução das ações e gerência dos serviços de saúde; levando-se em consideração o tripé da Universidade como: o ensino, a pesquisa e a extensão na construção de novos conhecimentos.

6. OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

- Formar bacharéis em Saúde Coletiva com conhecimentos necessários às transformações das práticas em saúde e formar profissionais que se tornem agentes transformadores do perfil sanitário e da consolidação de práticas mais adequadas às necessidades de saúde da população.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais em Saúde Coletiva com sólido conhecimento técnico científico, capazes de conhecer e intervir na formulação, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das ações e serviços de saúde;

- Formar profissionais que sejam capazes de atuar em promoção da saúde e da qualidade da vida humana, realizando e participando de intervenções sociais organizadas dirigidas à vigilância, à proteção da saúde, de comunicação e educação em saúde;

- Formar profissionais que sejam capazes de atuar efetiva e eticamente e desempenhar funções de direção, planejamento, administração, gerência, supervisão, controle, auditoria, assessoria, consultoria, pesquisa e avaliação de práticas nos sistemas, serviços e unidades de saúde públicas e privadas e em quaisquer outras instituições e situações onde se realizem atividades de promoção da saúde e da qualidade de vida humana.

7 PERFIL DO EGRESSO

O futuro bacharel em Saúde Coletiva formado no Setor Litoral deve ser um profissional com visão cultural ampla, com vistas à alteridade; competente no relacionamento interpessoal; flexível; hábil na comunicação oral e escrita; motivado para situações de adversidades e contrariedades; de formação generalista, crítico, que a partir da compreensão do processo social da saúde-doença-cuidado, resultantes da conjugação de fatores biológicos, ambientais, psicológicos, éticos, sociais, econômicos, políticos e culturais; desenvolve a atenção à saúde como formulação e análise de políticas, organização, planejamento, programação, avaliação e gestão de sistemas e serviços de saúde, além de atividades específicas de epidemiologia, vigilância em saúde, ambiente e trabalho, comunicação e informação em saúde, e no desenvolvimento científico e tecnológico em saúde.

É preparado para liderança; para compreensão de sistemas complexos; para, em equipe, formular, implantar, organizar, monitorar e avaliar políticas, planos, programas, projetos, e serviços de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Apresenta postura ética fundamentada em valores como felicidade, cooperação, honestidade, respeito, humildade e tolerância.

Comprometido politicamente com a valorização e a defesa da vida, a preservação do ambiente e a cidadania no atendimento às situações de saúde.

8 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao curso de graduação em Saúde Coletiva, em acordo com as normas institucionais, ocorre mediante:

- I. Processo seletivo anual (Vestibular e/ou SISU);
- II. Programa de Ocupação de Vagas Remanescentes oriundas de desistência e ou abandono de curso;
- III. Transferência independente de vaga;
- IV. Mobilidade Acadêmica (convênios, intercâmbios nacionais e internacionais, e outras formas).

9 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O sistema de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Saúde Coletiva, a cargo da Câmara de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, está direcionado ao desenvolvimento institucionalizado de processo contínuo, sistemático, flexível, aberto e de caráter formativo. O processo avaliativo do curso integra o contexto da avaliação institucional da Universidade Federal do Paraná, promovido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFPR.

A avaliação do projeto do curso, em consonância com os demais cursos do Setor Litoral, leva em consideração a dimensão de globalidade, possibilitando uma visão abrangente da interação entre as propostas pedagógicas dos cursos. Também são considerados os aspectos que envolvem a multidisciplinaridade, o desenvolvimento de atividades acadêmicas integradas e o estabelecimento conjunto de alternativas para problemas detectados e desafios comuns a serem enfrentados.

Este processo avaliativo, aliado às avaliações externas advindas do plano federal, envolve docentes, servidores, alunos, gestores e egressos, tendo como núcleo gerador a reflexão sobre a proposta curricular e sua implementação. As variáveis avaliadas no âmbito do curso englobam, entre outros itens, a gestão acadêmica e administrativa do curso, o desempenho dos corpos docente e técnico administrativo, a infraestrutura em todas as instâncias, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e de apoio estudantil.

Anualmente de acordo com o calendário acadêmico institucional da universidade, é destinada uma semana para planejamento e uma semana para avaliação das atividades pedagógicas dos cursos

A metodologia prevê etapas de sensibilização e motivação por meio de seminários, o levantamento de dados e informações, a aplicação de instrumentos, a coleta de depoimentos e outros elementos que possam contribuir para o desenvolvimento d processo avaliativo, conduzindo ao diagnóstico, análise e reflexão, tomada de decisão.

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo de avaliação das atividades didáticas do Curso de Saúde Coletiva segue as orientações do PPP do Setor Litoral. O estudante será acompanhado e avaliado mediante a observação continuada, que permite avaliar a apropriação de conhecimento dos temas e atividades trabalhados em sala de aula, visitas monitoradas, avaliações, relatórios escritos, seminários, trabalhos individuais, provas escritas e/ou orais, reprodução de técnicas, dramatização, autoavaliação, portfólios, apresentação dos projetos de aprendizagem.

Desta forma, são atribuídos conceitos aos Fundamentos Teóricos Práticos (FTP), aos temas e atividades trabalhados nos espaços coletivos das Interações Culturais e Humanísticas (ICH), nos temas e atividades trabalhados nos Projetos de Aprendizagem (PA), assim como nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Estágios. Tais conceitos procuram refletir o processo de aprendizagem ao longo do período tratado de forma contínua na construção de conhecimento. O PPP do Setor Litoral adota quatro conceitos para refletir o desenvolvimento do processo de aprendizagem discente de acordo com os objetivos alcançados. e ter cumprido 75% da carga horária inerente ao módulo.

Conceitos empregados no processo de ensino e aprendizagem:

Conceito	Processo de ensino e aprendizagem
APL	Aprendizado Pleno
AS	Aprendizado Suficiente
APS	Aprendizado Parcialmente Suficiente
AI	Aprendizado Insuficiente

A cada etapa são atribuídos conceitos pelos professores responsáveis pelos FTP, orientadores dos PA e mediador das ICH, e supervisor de Estágio,

observados os pressupostos da Resolução 37/97 – CEPE/UFPR, que trata das normas básicas de controle e registro da atividade acadêmica dos cursos de graduação. A aprovação dependerá do resultado das avaliações realizadas ao longo do período e o comparecimento em 75% da carga horária inerente ao módulo.

O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado por Banca de Exame, conforme regulamentação do Curso.

Tais conceitos são analisados pela Câmara Técnica do Curso para definição dos conceitos gerais do semestre. O resultado dessa avaliação é apresentado ao Comitê de Avaliação de Ensino e Aprendizagem (CAEA) para análise e deliberação de casos específicos. Os discentes que não atingirem os objetivos obtendo conceito final APS são remetidos para a Semana de Estudos Intensivos (SEI), na qual desenvolverão diversas atividades, constituindo uma alternativa para atingir os objetivos propostos. Os discentes que obtiverem conceito “AI” serão remetidos à reperiodização.

11 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA DO CURSO

A concepção pedagógica do Curso atende as orientações institucionais da UFPR para o Setor Litoral, bem como os pressupostos expressos no Projeto Político Pedagógico e no Projeto Político Institucional. Sendo assim, o curso é construído com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento do litoral paranaense.

A indissociabilidade entre a pesquisa, a extensão e o ensino desde o início do Curso contribuem para uma aprendizagem associada às realidades regionais em que se insere, situando o estudante nas questões sociais vividas pela comunidade, bem como unindo a teoria e a prática da profissão nas diversas ações didáticas planejadas pela equipe docente.

Ao mesmo tempo em que o Curso busca colocar os estudantes em contato direto com a realidade de trabalho a partir dos estágios, práticas, Interações Culturais e Humanísticas, projetos, programas e atividades de extensão, habilita-o a refletir, observar e analisar a realidade através da pesquisa (eixo dos Projetos de Aprendizagem) de caráter interdisciplinar e multidisciplinar. Prima-se por uma formação profissional com formação política, filosófica e humana, pautada por valores como justiça, ética e cidadania.

O currículo está organizado a partir de áreas do conhecimento que têm como finalidade estruturar o processo ensino-aprendizagem, respeitando os diversos meios de apropriação, contextualização e produção de saberes históricos, além de integrar-se à formação para pesquisa científica e para extensão desde o primeiro momento do curso.

O projeto pedagógico do curso, as atividades curriculares e as atividades extracurriculares extensionistas constituem elementos vivos dentro do processo formativo, permeados pela história e pelas marcas dos sujeitos envolvidos em sua criação e seu desenvolvimento. Assim, o projeto ao longo da sua implementação está constantemente sendo avaliado e reavaliado, considerando as transformações sociais e sua atualidade em relação aos desafios presentes na formação universitária de novos graduados.

11.1 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO

Pela perspectiva interdisciplinar que compõe a organização pedagógica do Setor Litoral, os estudantes do Curso podem se inserir em projetos de pesquisa e/ou extensão, propostos por professores das diferentes áreas de conhecimento, em temas relevantes para a formação profissional. Essa participação pode se dar mediante o interesse do estudante, os quais poderão ser ou não beneficiados com bolsas em diversas modalidades (iniciação científica; permanência; extensão; monitoria; iniciação à docência, etc.). A disponibilidade de bolsas aos estudantes está vinculada à participação dos programas e projetos em editais internos e externos de financiamento. Os estudantes também são estimulados a participar das atividades de extensão e/ou pesquisa através do aproveitamento destas para integralização do currículo como Atividades Formativas Complementares.

12 ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

O Setor Litoral da UFPR conta com uma estrutura administrativa, acadêmica e pedagógica que fica à disposição dos estudantes para orientá-los em todas as necessidades e demandas.

Esta estrutura visa auxiliar a integração do aluno ingressante às dinâmicas da instituição e às características do ambiente universitário, tendo por objetivos:

- Proporcionar melhor integração do aluno iniciante ao curso e ao ambiente universitário através das semanas de integração, e dos temas como "reconhecimento do Litoral" e "compreensão do mundo universitário" abordados a partir dos projetos de turma.

- Conscientizar o aluno da importância do componente humanístico para sua formação e para compreensão dos conteúdos profissionalizantes;

- Mediar o aluno na escolha do Projeto de Aprendizagem e na maneira como desenvolvê-lo;

- Detectar eventuais dificuldades do aluno e procurar auxiliá-lo;

- Acompanhar o desempenho do aluno em todas as atividades formativas cursadas durante o período da orientação acadêmica;

- Colaborar para a melhoria de desempenho no processo de aprendizado, visando à redução dos índices de reprovação e de evasão.

Os estudantes têm acesso aos registros acadêmicos através do “Portal do Aluno” (site institucional). As chamadas de projetos e bolsas são procedidas por editais que estão à disposição de todos os estudantes, através de inscrição junto à orientação acadêmica, sendo que a seleção é realizada de acordo com o perfil demandado em cada edital.

O objetivo geral do Projeto de Orientação Acadêmica do Curso de Saúde Coletiva é a promoção da melhoria do desempenho acadêmico de seus discentes mediante o acompanhamento e orientação por parte de todos os docentes do curso. O projeto acha-se descrito em anexo neste PPC.

13 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A Câmara do Curso de Saúde Coletiva, observando o disposto na Resolução 75/CEPE/UFPR/2009, de 04/12/2009, o disposto na Portaria 249/Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, de 25/06/2013, implementou o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, composto pelos seguintes docentes:

Dr. Daniel Canavese de Oliveira
Dr^a Maria da Graça Kfoury Lopes
Dr^a Marília Pinto Ferreira Murata
Dr^a Nadia Terezinha Covolan
Me. Neilor Vanderlei Kleinübing
Me. Suzane de Oliveira

O NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso.

14 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A formação do Bacharel em Saúde Coletiva pauta-se no diálogo entre a teoria e a prática, no cotidiano do curso. Em cada componente curricular, a seleção das atividades será feita segundo a identificação dos objetivos gerais do Projeto Político Pedagógico da Instituição, sintonizada com as exigências do mundo do trabalho e, principalmente, com as demandas sociais locais. Os componentes curriculares do curso estão estruturados em fases que compõem o processo de ensino e aprendizagem, sendo organizados a partir dos Fundamentos Teórico-Práticos (FTP), Projetos de Aprendizagem (PA), Interações Culturais e Humanísticas (ICH), Atividades Formativas Complementares e Estágios: obrigatório (Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva) e não obrigatórios quando realizados pelos estudantes para complementação de sua formação acadêmico-profissional, desde que não causem prejuízo à integralização de seus currículos, conforme Resolução nº 46/10 – CEPE/UFPR.

14.1 FUNDAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

O espaço curricular de Fundamentação Teórico-Prática (FTP) é constituído por componentes de natureza teórica, prática e metodológica dos diferentes campos de conhecimento que compõem a Saúde Coletiva enquanto fenômeno e espaço de atuação. Os fundamentos teórico-práticos são meios e não fins no processo de formação. Com rigor científico e contextualização com os demais desafios reais que o estudante vai enfrentando, os fundamentos são organizados em consonância com as diferentes fases da proposta pedagógica, garantindo ao estudante o conhecimento e o domínio técnico específico de competências e habilidades requeridas ao futuro egresso.

Os componentes curriculares estão articulados para proporcionar o exercício de conhecimentos através da prática, permitindo com isso, o desenvolvimento integral das habilidades profissionais. Os Fundamentos Teóricos e Práticos para o exercício profissional são inseridos na organização

curricular a partir de linhas temáticas, cujo desenvolvimento didático se dá por uma equipe docente multidisciplinar. Busca-se favorecer no arranjo dos módulos uma costura interdisciplinar dos conteúdos, que visam à construção de uma percepção ampla dos processos de planejamento, organização, e desenvolvimento dos diferentes conhecimentos da saúde, amparados pela constante interação entre a teoria e a prática. Esta construção dos fundamentos teórico-práticos se dá com base nos conhecimentos historicamente construídos nas mais diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que são alimentados pelos resultados das pesquisas empreendidas e pelas atividades de extensão implementadas.

Nesse sentido, a fundamentação teórico-prática do Curso de Saúde Coletiva visa propiciar uma formação que contemple a compreensão dos contextos, global, regional e local nas suas inter-relações com a gestão/políticas públicas para a saúde enquanto componente curricular, atuando em situações de desafios e mudanças. O curso de Saúde Coletiva desenvolverá:

A- Fundamentos Teóricos Práticos Obrigatórios, através de:

- Módulos de 45 horas, que serão desenvolvidos ao longo de 15 semanas e terão 30 horas presenciais e 15 horas ofertadas na modalidade EaD, de acordo com 72/10 – CEPE/UFPR;

- Módulos de 30 horas (Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II), que serão desenvolvidos no 6º e 7º semestres exclusivamente na modalidade EaD, de acordo com 72/10 – CEPE/UFPR, como forma de suporte ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

B- Fundamentos Teóricos Práticos Optativos, através de:

- Comunicação Brasileira de Sinais – libras (SL85);

- Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (SLSC098) - módulo de 60 horas, sendo 30h na modalidade EaD, de acordo com 72/10 – CEPE/UFPR;

- Cidades Saudáveis II (SLSC083) - módulo de 60 horas, sendo 30 horas na modalidade EaD, de acordo com 72/10 – CEPE/UFPR;

- Tecnologias em Saúde (SLSC091) - módulo de 60 horas, sendo 30 horas na modalidade EaD, de acordo com 72/10 – CEPE/UFPR;

O aluno deverá cursar no 6º e 7º semestres um módulo de FTP optativo.

A Câmara do Curso de Saúde Coletiva poderá ofertar novos módulos de FTP optativos de acordo com as necessidades e/ou realidade concreta e de situações cotidianas.

Para os módulos em EaD serão disponibilizados conteúdos, acompanhamento de atividades e interação com alunos, utilizando o ambiente virtual de aprendizagem Moodle/TADS (www.tads.ufpr.br), onde o professor do módulo (tutor) será o responsável pelo acompanhamento e avaliação de percurso de cada aluno matriculado, mediante a manutenção do processo dialógico, atuando como dinamizador do processo.

A frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) referente às atividades à distância será mensurada através da postagem das atividades de avaliação de desempenho obrigatório, no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, seguindo a resolução 72/10 do CEPE/UFPR e em relação aos demais módulos seguindo a resolução 37/97 – CEPE/UFPR.

14.2 PROJETOS DE APRENDIZAGEM

Os estudantes são mobilizados a elaborar ao longo da sua formação acadêmica, projetos, cujo objetivo é configurar espaços de aprendizagem e de exercício de autonomia para favorecer a construção de novos conhecimentos. O desenvolvimento dos projetos permite aos estudantes ampliar sua percepção e reflexão sobre a comunidade local, evoluir na leitura e produção de textos, aprimorarem a elaboração de relatórios e apresentação oral, vivenciar técnicas de pesquisa e, ainda, integrar os fundamentos teóricos da profissão com as aplicações do projeto.

O estímulo a abordagens interdisciplinares propicia uma visão não fragmentada do processo de ensino-aprendizagem a partir da interação com vários campos de conhecimento. Na ação, isto é possibilitado pela diversidade na formação do corpo docente. O estudante é acompanhado obrigatoriamente por um professor mediador e opcionalmente por co-mediadores que podem ter formação em diversas áreas.

O objetivo do desenvolvimento dos Projetos de Aprendizagem é impulsionar e orientar o processo de ensino e aprendizagem do estudante constituindo-se como eixo de desenvolvimento dos conhecimentos científico-tecnológicos (aprender a estudar, aprender a pesquisar e aprender a agir). Nesse

sentido, o desenvolvimento de projetos visa estabelecer uma relação da aprendizagem com a realidade, desafiando o estudante a pensar e agir em processos que beneficiem os diferentes sujeitos e locais envolvidos. Além disso, sob essa perspectiva, os estudantes são instigados a observar, analisar, questionar e oferecer soluções a partir da realidade concreta e de situações cotidianas.

A partir do descrito percebemos que o desenvolvimento de projetos está ligado ao objetivo específico de abordar o processo de ensino e aprendizagem de maneira totalmente vinculada à realidade local, a partir de relações inter e multidisciplinar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná.

Os módulos de Projetos de Aprendizagem serão desenvolvidos do 1º ao 8º período, sendo que, no 6º e 7º períodos será desenvolvido o Trabalho de Conclusão de Curso. Ainda, no 1º, 2º e 3º semestres do curso, nas atividades de PA serão desenvolvidos conteúdos referente a metodologia de pesquisa e trabalhos acadêmicos, coordenados pela câmara de Saúde Coletiva e desenvolvidos pelos professores envolvidos com o curso.

No 8º semestre o módulo PA será desenvolvido no local em que o aluno estiver desenvolvendo o estágio. A mediação, proposta de atividades e avaliação serão realizadas pelo professor responsável pelo estágio do aluno.

14.3 INTERAÇÃO CULTURAL E HUMANÍSTICA

O espaço curricular das Interações Culturais e Humanísticas (ICH) consiste num dos pilares da concepção pedagógica do Setor Litoral. É constituído por atividades formativas que privilegiam a integração das diferentes áreas do conhecimento. No geral, se configuram por atividades voltadas às discussões e reflexões sobre temas relevantes para a humanidade a fim de desencadear um processo de formação integral dos estudantes no tocante à superação da visão tecnicista e fragmentária de produção do conhecimento.

A Interação Cultural e Humanística tem por objetivo a integração dos diferentes componentes curriculares a partir de uma perspectiva interdisciplinar para facilitar a articulação dos diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais), com a finalidade de sensibilizar e despertar os alunos para a compreensão da complexidade das questões sócio-político-culturais e ambientais contemporâneas. Busca superar o método tradicional de ensino e aprendizagem,

substituindo a transmissão oral de conteúdo do professor para o aluno por uma construção coletiva do conhecimento, edificada a partir da bagagem cultural dos estudantes.

Portanto, entende-se que as Interações Culturais e Humanísticas tendem a alcançar outro objetivo específico do curso, que é o de possibilitar formação humanística, criando condições para uma atuação com base em princípios de ética, cidadania, responsabilidade social, compromisso e respeito com a realidade na qual está inserido, além da observação de questões filosóficas, culturais, artísticas, políticas e biopsicossociais. No 8º semestre o aluno desenvolverá as atividades referentes à ICH no ambiente em que estiver desenvolvendo o seu estágio curricular e a mediação, proposta de atividades e avaliação será realizada pelo professor responsável pelo estágio do aluno.

14.4 MATRIZ CURRICULAR E REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO CURSO

FASE I: CONHECER E COMPREENDER			
ANO/SEMES	Áreas Integradas em Saúde	CH	
1º ano	1º SEMESTRE	BIOÉTICA	30
		POLÍTICAS PÚBLICAS	30
		FUNDAMENTOS DA SAÚDE COLETIVA I	30
		FUNDAMENTOS MORFOFUNCIONAIS HUMANOS II	30
		FILOSOFIA DO CONHECIMENTO E SAÚDE	30
		DETERMINANTES SOCIAIS EM SAÚDE	30
		ICH	60
		PA	60
	Carga horária		300
	2º SEMESTRE	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM SAÚDE	45
		HISTÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	45
		INFORMAÇÃO EM SAÚDE	45
		FUNDAMENTOS DA SAÚDE COLETIVA II	45
		FUNDAMENTOS MORFOFUNCIONAIS HUMANOS II	45
		EDUCAÇÃO EM SAÚDE	45
		ICH	60
PA		60	
Carga horária		390	
FASE II: COMPREENDER E PROPOR			
2º ano	3º SEMESTRE	GENERO E DIVERSIDADE EM SAÚDE	45
		LEGISLAÇÃO DO SUS	45
		SAÚDE E AMBIENTE I	45
		DINÂMICA DA DOENÇA INFECTO-CONTAGIOSA	45
		INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE	45
		TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	45
		ICH	60
		PA	60
	Carga horária		390
	4º SEMESTRE	CICLOS DA VIDA	45
		POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA	45
		EPIDEMIOLOGIA I	45
		VETORES E ENTOMOLOGIA	45
		CIDADES SAUDÁVEIS I	45
		PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE I	45
		ICH	60
		PA	60
		Carga horária	

3º ano	5º SEMESTRE	SAUDE MENTAL EM SAUDE COLETIVA	45
		POLITICAS PUBLICAS EM SAUDE	45
		EPIDEMIOLOGIA II	45
		PATOLOGIA I	45
		PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE II	45
		VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAUDE	45
		ICH	60
		PA	60
		Carga horária	390
	6º SEMESTRE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	45
		EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATÍSTIA	45
		PATOLOGIA II	45
		VIGILANCIA AMBIENTAL	45
		PESSOAS COM DEFICIENCIA E AÇÕES SOCIAIS	45
		MÓDULO OPTATIVO	60
TCC - I		30	
PA		60	
ICH		60	
Carga horária	435		

FASE III: PROPOR EAGIR

ANO/SEMES		Áreas Integradas em Saúde	CH
4º ano	7º SEMESTRE	ALTERIDADE E RELAÇÕES INTERPESSOAIS EM SAUDE	45
		VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	45
		SAÚDE E AMBIENTE II	45
		VIGILÂNCIA EM SAUDE DO TRABALHADOR	45
		ENVELHECIMENTO E SAÚDE	45
		MÓDULO OPTATIVO	60
		TCC II	30
		ICH	60
		PA	60
	Carga horária	435	
	8º SEMESTRE	ICH	60
		PA	60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA	300
		Carga horária	420

Módulos Optativos		CH
SL85 – Comunicação Brasileira de Sinais – LIBRAS		60
SLSC083 - Cidades Saudáveis II		60
SLSC091 - Tecnologias em Saúde		45
SLSC098 – Práticas Integrativas Complementares em Saúde - PICS		60
Carga Horária		120

Eixo curricular		CH
Fundamentos teórico-práticos obrigatórios (FTPob)		1770
Fundamentos teórico-práticos optativos (FTPop)		120
Estágio Curricular (EC)		300
Interação Cultural Humanística (ICH)		480
Projetos de Aprendizagem (PA)		480
Atividades Formativas Complementares (AFC)		100
Carga Horária Total (CHT)		3.250

Representação Gráfica do Curso (fluxograma)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
	Conhecer e Compreender		Compreender e Propor				Propor e Agir	
FTP	SLSC053 Bioética 30h	SLSC059 Representações Sociais em Saúde - 45h	SLSC065 Gênero e diversidade em saúde-45h	SLSC071 Ciclos de Vida 45h	SLSC077 Saúde Mental em Saúde Coletiva - 45h	Módulo Optativo 60h	SLSC089 Alteridade e Relações Interpessoais em Saúde 45h	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA 300h SLSC097
	SLSC054 Políticas Públicas 30h	SLSC060 História da Saúde Pública no Brasil - 45h	SLSC066 Legislação do SUS 45h	SLSC072 Política Nacional de Atenção Básica - 45h	SLSC078 Políticas Públicas em Saúde - 45h	SLSC084 Vigilância Sanitária - 45h	SLSC090 Vigilância Epidemiológica 45h	
	SLSC055 Fundamentos da Saúde Coletiva I - 30h	SLSC061 Informação em Saúde 45h	SLSC067 Saúde e Ambiente I 45h	SLSC073 Epidemiologia I 45h	SLSC079 Epidemiologia II 45h	SLSC085 Epidemiologia e Bioestatística - 45h	Módulo Optativo 60h	
	SLSC056 Fundamentos morfofuncionais humanos I - 30h	SLSC062 Fundamentos morfo- funcionais humanos II - 45h	SLSC068 Dinâmica da Doença Infecto- Contagiosa-45h	SLSC074 Vetores e Entomologia 45h	SLSC080 Patologia I 45h	SLSC086 Patologia II 45h	SLSC092 Saúde e Ambiente II 45h	
	SLSC057 Filosofia do Conhecimento e Saúde - 30h	SLSC063 Fundamentos da Saúde Coletiva II 45h	SLSC069 Interdisciplinaridade e Intersetorialidade 45h	SLSC075 Cidades Saudáveis I 45h	SLSC081 Planejamento e Gestão em Saúde II 45h	SLSC087 Vigilância Ambiental - 45h	SLSC093 Vigilância em Saúde do Trabalhador 45h	
	SLSC058 Determinantes Sociais em Saúde 30h	SLSC064 Educação em Saúde 45h	SLSC070 Teoria Geral da Administração 45h	SLSC076 Planejamento e Gestão em Saúde I 45h	SLSC082 Vigilância e Promoção em Saúde 45h	SLSC088 Pessoas com Deficiência e Ações Sociais - 45h	SLSC094 Envelhecimento e Saúde 45h	
ICH	SL52 ICH - 60h	SL53 ICH - 60h	SL54 ICH - 60h	SL55 ICH - 60h	SL56 ICH - 60h	SL57 ICH - 60h	SL58 ICH - 60h	SL59 ICH - 60h
PA	SL60 PA -60h	SL61 PA - 60h	SL62 PA - 60h	SL63 PA - 60h	SL64 PA - 60h	SL65 PA - 60h	SL66 PA - 60h	SL67 PA - 60 h
TCC						SLSC095 TCC I - 30h	SLSC096 TCC II - 30h	
Atividades Formativas Complementares – 100 horas								



14.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra o processo de aprendizagem configurando-se como uma atividade acadêmica obrigatória aos estudantes do Curso de Saúde Coletiva, conforme regulamentação aprovada pela Câmara do curso. O TCC é desenvolvido simultaneamente ao período letivo, representando um momento de síntese e de expressão da totalidade dos processos de aprendizagem e de formação profissional do estudante.

Ainda, o TCC deve ser concluído e apresentado no 7º semestre do curso e submetido ao processo avaliativo, constituindo-se em trabalho acadêmico, elaborado pelos estudantes, com orientação de um professor do Setor Litoral e consoante ao pressuposto interdisciplinar do Projeto Político Pedagógico do Setor, sendo realizado conforme os padrões de exigência teórico-metodológica e acadêmico-científica. No 6º e 7º semestres serão ofertados, os módulos TCC I e II, de 30 horas/semestre na modalidade EaD, conforme resolução 72/10 – CEPE/UFPR, para melhor acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas pelo acadêmico, finalizando com apresentação/defesa junto uma banca constituída conforme regulamentação da UFPR e edital da Câmara do Curso de Saúde Coletiva..

O TCC pode ser desenvolvido na forma de uma mostra fotográfica, produção de documentário, monografia, redação de artigo científico, produção de material didático, etc., a serem definidos entre estudantes e orientador.

Após esta definição, os estudantes e mediadores devem apresentar uma banca constituída de dois membros: professor orientador e outro convidado (professor e/ou outro profissional), garantindo a participação de pelo menos um professor do curso de Saúde Coletiva, cabendo a coordenação da banca ao orientador do Trabalho de Conclusão.

14.6 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE COLETIVA

Considerando a organização curricular do Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral e os seus desdobramentos nos currículos dos cursos que consolida propostas de formação com a possibilidade de um viés interdisciplinar e teórico-prático que têm como ponto de partida, fundamentalmente, a realidade na qual os futuros profissionais estarão inseridos, o Curso de Saúde Coletiva estimula a vivência prática e o envolvimento em atividades pedagógicas formativas da profissão.

Compreendendo a importância e a contribuição que a prática do exercício profissional tem no processo educativo de aprendizagem e de formação profissional o Curso de Saúde Coletiva estimula a participação em estágios, que podem ser não obrigatórios e obrigatórios. O estágio não obrigatório visa à ampliação da formação profissional por meio de vivências e experiências próprias da situação profissional e o estágio obrigatório configura-se como um espaço formativo privilegiado de diálogo crítico com a realidade que deve proporcionar ao estudante experiências práticas na sua linha de formação, favorecendo a articulação do ensino com a pesquisa e extensão. No curso o Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva se constitui parte integrante das atividades obrigatórias que compõem o currículo do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da UFPR.

Entende-se por Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva as atividades obrigatórias desenvolvidas no último semestre (8º semestre) com carga horária de 300 horas, orientado por um professor do curso e por um supervisor do local de estágio que responderá pela preceptoria dos estudantes durante a realização de seu estágio.

Constitui campo de estágio as entidades de direito privado, os órgãos de administração pública, as instituições de saúde (nos diferentes níveis de complexidade da atenção à saúde), as unidades da UFPR, nos termos da resolução nº 46/10 – CEPE/UFPR. Ainda, os estágios podem ser realizados no exterior segundo a Instrução Normativa nº 02/12 – CEPE/UFPR.

O Estágio possibilita ao estudante a vivência em situações profissionais, com os seguintes objetivos:

- a) proporcionar experiência nos diferentes cenários de prática no SUS;
- b) estabelecer articulação entre teoria e prática profissional, propiciando reflexões sobre o processo de trabalho cotidiano do profissional nos serviços de saúde;
- c) aperfeiçoar habilidades técnico-científicas gerenciais necessárias ao exercício profissional;
- d) fortalecer a integração do ensino e serviço, assegurando a efetiva participação dos estudantes de saúde coletiva na rede de atenção à saúde na formação profissional.

Os locais de estágio devem atender aos seguintes requisitos:

1. Proporcionar oportunidades de vivências de situações concretas de trabalho, dentro do campo profissional;
2. Possibilitar a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos;
3. Contar com a infraestrutura adequada aos objetivos dos estágios;
4. Dispor de profissional de saúde qualificado para atuar como preceptor na rede de serviços de saúde;
5. Possuir termo de cooperação com a UFPR.

Em todas as etapas do Estágio os estudantes são estimulados a desenvolver estudos investigativos de problemáticas significativas da organização geral da(s) instituições de saúde em que estagiou.

Ao final do estágio, os estudantes socializam suas experiências num Fórum de Estágios, programado pela Câmara do Curso, e apresentando um relatório de estágios, que será avaliado pela Câmara de Saúde Coletiva, se aprovado ou não, de acordo com relatório/avaliação do supervisor do local de estágio e do professor orientador.

O Regulamento de Estágio, que orienta a realização dos Estágios Curriculares (obrigatórios e não obrigatórios) está definido em normas/legislação da própria Universidade (Resolução nº 46/10 – CEPE/UFPR e a Instrução Normativa nº 02/12 – CEPE/UFPR).

Destaca-se ainda que a elaboração do regulamento de estágio deste curso é da responsabilidade da Câmara do Curso de Saúde Coletiva, conforme a Resolução nº 46/10 – CEPE/UFPR.

14.7 ATIVIDADES FORMATIVAS CURRICULARES

O Curso de Saúde Coletiva do Setor Litoral, considerando o protagonismo e a autonomia como categorias fundamentais na formação humana e profissional, considera em seu currículo como estratégia de maior flexibilização nesse processo a inclusão de atividades formativas complementares, valorizando as vivências extracurriculares e conhecimentos acumulados na sua trajetória de vida, de acordo com o disposto na Resolução nº 70/04 CEPE-UFPR/2004.

As Atividades Formativas Complementares (AFC) se caracterizam pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando seu caráter interdisciplinar em relação às diversas áreas do conhecimento, com uma carga

horária de 100 horas a serem integralizadas, mediante a participação do acadêmico em pelo menos três atividades complementares durante o desenvolvimento do curso.

Os critérios para validação destas atividades estão descritos no “Regulamento das Atividades Formativas Complementares do Curso”, conforme anexo deste PPC.

14.8 FASES DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O projeto pedagógico do Curso de Saúde Coletiva está estruturado em três fases do processo de aprendizagem, a partir do que orienta o PPP do Setor Litoral da UFPR. Na primeira delas o foco principal está relacionado ao objetivo de “conhecer e compreender”; na segunda fase, o foco está relacionado a “compreender e propor”, diretamente relacionado ao aprofundamento teórico e prático do objeto do curso; já na terceira e última fase, o curso está mais centrado na atuação prática, seu objetivo norteador está relacionado a “propor e agir”.

É importante salientar que esses momentos não são estanques, mas sim contínuos e articulados, com maior ou menor ênfase, ao longo da formação dos estudantes, não cristalizando o processo de construção do conhecimento em etapas estanques.

O desenvolvimento dos Projetos de Aprendizagem, Fundamentos Teórico-Práticos, Interações Culturais e Humanísticas e Estágio, buscam articulações com os objetivos de cada uma das fases, bem como do processo de aprendizagem do estudante.

14.8.1 Conhecer e Compreender (percepção crítica da realidade)

A primeira fase do Curso de Saúde Coletiva tem a duração de dois a três semestres. Possibilita ao educando o reconhecimento crítico e reflexivo da Saúde em sua perspectiva histórica, social, ampliada, intersetorial e interdisciplinar. E ainda tem como objetivos:

- Compreender, refletir e interagir sobre temas em saúde e suas relações com as ciências humanas e sociais;
- Reconhecer e refletir sobre a perspectiva ampliada da Saúde, o marco legal, a evolução de seus conceitos e paradigmas, em uma perspectiva histórica e crítica;
- Conhecer as políticas públicas da saúde coletiva incluindo a prevenção, promoção, vigilância sanitária, a vacinação e a assistência.

14.8.2 Compreender e Propor (aprofundamento metodológico-científico)

A segunda fase do Curso de Saúde Coletiva possibilita ao educando relacionar os aspectos metodológicos científicos, teóricos e práticos entre a concepção ampliada de Saúde e o campo interdisciplinar da Saúde Coletiva. E ainda tem como objetivos:

- Compreender, identificar e propor inter-relações entre os saberes que compõe a Saúde Coletiva, emanados principalmente das Ciências Humanas e Sociais, da Administração, Gestão e Planejamento, dos Conceitos e Paradigmas em Saúde e das diversas políticas públicas;
- Compreender e integrar os saberes citados como sistema de saúde nacional, especificamente como Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesta segunda etapa os estudantes incorporam o conhecimento metodológico e científico no desenvolvimento de seus projetos aprofundando as reflexões.

14.8.3 Propor e Agir (transição para o exercício profissional)

Nesta fase, o foco da Fundamentação Teórico-Prática, do Projeto de Aprendizagem, da Interação Cultural e Humanística e do Estágio, está no exercício profissional e na interação com o campo de atuação e aplicação das habilidades e conhecimentos desenvolvidos nas fases anteriores.

14.8.4 Observatório de Saúde do Litoral do Paraná

O Observatório de Saúde do Litoral do Paraná faz parte de uma estratégia didático - pedagógica do curso de graduação em Saúde Coletiva, de caráter interdisciplinar, consultivo e pedagógico, criado para estreitar a integração dos serviços de saúde, comunidade e universidade e realizar ensino, extensão e pesquisa. As ações do Observatório de Saúde estão focadas na construção e divulgação de conhecimentos voltados à saúde coletiva e ao SUS, integrando os participantes num esforço de colaboração mútua e responsabilidade compartilhada. Encontra-se, também, relacionado ao Ministério da Saúde, por meio de editais ou atendimento a demandas específicas, convênios e ao Observatório de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo.

Coordenado por um docente ou técnico-administrativo da Câmara do Curso de Saúde Coletiva, deve congrega representantes dos municípios do litoral,

comunidade, docentes e discentes do Setor Litoral. No seu desenvolvimento estão contempladas diversas atividades, de acordo com o tema em pauta, como rodas de conversa, observação participativa, reuniões, promoção de grupos focais, realização de estudos epidemiológicos, sistematização de informações e relatórios, produção coletiva de materiais didáticos, entre outras.

15 QUADRO DE DOCENTES E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

A proposta pedagógica do Setor Litoral prima por um corpo docente de formação interdisciplinar e que todos os docentes estejam envolvidos com os cursos do setor e disponíveis às necessidades dos Projetos de Aprendizagem. Cada docente pode contribuir ainda com o planejamento de outros cursos, organizados em equipes interdisciplinares denominadas Câmaras técnicas dos cursos.

O corpo dos servidores técnico-administrativos do Setor Litoral atua de forma integrada nas áreas administrativa e acadêmica. Esta integração é peça fundamental para o acompanhamento do projeto político pedagógico, pois prima pela flexibilidade e interação com o corpo docente e atividades administrativo-pedagógicas. Compõem, inicialmente, a Câmara do Curso de Saúde Coletiva os professores abaixo relacionados:

Docentes e Servidores Técnicos, colaboradores do Curso:

Dr AfonsoTakao Murata

Dr. Daniel Canavese de Oliveira

Dr^a Daniela Resende Archanjo

Dr Marcos Cláudio Signorelli

Dr^a Maria da Graça Kfoury Lopes

Dr Márgio Cezar Loss Klock

Dr^a Marília Pinto Ferreira Murata

Dr^a Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski

Dr^a Nadia Terezinha Covolan

Me. Neilor Vanderlei Kleinübing

Dr . Rodrigo Vassoler Serrato

Dr^a Sandra Simm Rohrich

Me. Suzane de Oliveira

Secretaria Executiva Thais Silva Santos

15 INFRAESTRUTURA

As atividades didáticas do curso são desenvolvidas no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná no Litoral, situado na Rua Jaguariaíva, 512 – Caiobá, Matinhos, Paraná.

O Setor Litoral da UFPR possui dois prédios denominados “didáticos” (que totalizam 36 salas e 14 banheiros coletivos), um auditório, uma biblioteca, duas piscinas (adulto e infantil), uma tenda de eventos e um prédio de área administrativa. Também possui 8 laboratórios, sendo 2 destes de informática e 1 de saúde – que poderá atender as demandas de atividades do curso.

O prédio (plantas e fotografia a seguir) no qual funcionam os serviços e estrutura administrativa (sala da direção; salas de reuniões; gabinetes de professores; salas de setores administrativos; laboratórios; apoio acadêmico, etc.) era a edificação já existente no local por ocasião da implantação do Setor e foi restaurado atendendo às necessidades da Universidade, conforme plantas e fotografias a seguir:



15.1 SALAS DE AULA

A UFPR Litoral possui 36 salas de aula (com capacidades que variam entre 20 a 50 alunos), um auditório para 404 lugares, uma biblioteca com área destinada ao acervo, sala de estudos e sala multimídia. Possui também área destinada aos serviços administrativos, assim discriminados: uma sala à direção do Setor, à vice direção, sala de professores, coordenação administrativa, gestão de pessoas, gestão de cultura, esporte, lazer e eventos, departamento financeiro, unidade de gestão acadêmica, assessoria estudantil, uma sala interdisciplinar, uma sala de mecanografia, uma sala destinada à secretaria, um amplo centro de convivência, uma cozinha, uma sala de reunião das coordenações, 12 banheiros públicos (6 individuais e 6 coletivos), almoxarifado e nove gabinetes.

O Setor Litoral possui 8 laboratórios com as seguintes funções:



- Laboratório 01 (63,59 m²) – Precisão
- Laboratório 02 (53,00 m²) – Saúde
- Laboratório 03 (64,11 m²) – Análises Químicas

- Laboratório 04 (64,11 m²) – Campo e Física
- Laboratório 05 (75,50 m²) – Análises Biológicas
- Laboratório 06 (75,15 m²) – Morfologia e Anatomia
- Laboratórios de informática – uso geral:
 - Laboratório 01 (54,00 m² e 25 máquinas) – aulas e projetos específicos.
 - Laboratório 02 (54,00 m² e 22 máquinas) – uso geral e aulas.

Obs.: O laboratório 06 atende as demandas de atividades do curso de Saúde Coletiva, para os módulos em que são necessárias macas e outros equipamentos para as aulas teórico-prática e o desenvolvimento de atividades de ICH, PA e Projeto de Extensão. E o laboratório 02 atende as demandas de peças para aulas de anatomia/fisiologia, microscópios, outras peças/instrumentos que são utilizados em vários módulos do curso.

15.2 ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAIS ESPECÍFICOS DO CURSO

Em relação aos espaços e equipamentos disponibilizados para as atividades teórico-prática do Curso, o Setor Litoral dispõe de espaços, materiais/equipamentos que suprem a necessidade de materiais e os espaços dos laboratórios, principalmente 2 - saúde e 6 – morfologia, anatomia e terapias integrativas, essenciais para o desenvolvimento das atividades teórico-práticas do curso de Saúde Coletiva.

15.3 BIBLIOTECA E ACERVO

A Biblioteca do Setor Litoral foi criada em outubro de 2005, com a denominação de Biblioteca da UFPR Litoral. Inicialmente, seu acervo foi formado por materiais advindos de outras Bibliotecas do Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFPR e, desde então, seus serviços são disponibilizados para alunos, servidores docentes e técnicos do Setor Litoral e comunidade externa.

Conforme a proposta pedagógica do Setor, a Biblioteca atua no sentido de auxiliar o desenvolvimento integral do estudante, contribuindo para o aumento de sua capacidade crítica e de sua capacidade de agir proativamente. Neste sentido, torna-se um centro de apoio para as investigações e um laboratório para a construção do conhecimento, atuando na formação continuada de toda a comunidade acadêmica.

É um espaço que tem como proposta a articulação da função educativa, a formação cultural e as relações, integrando as pessoas e os saberes. Nesse sentido, desenvolve e participa de variadas ações e projetos culturais, tais como:

- Participação nas Interações Culturais e Humanísticas – ICH;
- Participação na Feira de Profissões do Setor Litoral;
- Participação no Comitê Editorial da Revista Divers@!;
- Parceria com o Projeto Arquivo e Memória Quilombola: construção do acervo de comunidades quilombolas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina;
- Parceria com o Projeto Mundo Mágica da Leitura;
- Parceria com o Curso Linguagem e Comunicação, na organização e realização de Saraus Literários;
- Desenvolvimento do Projeto Bibliotecas Comunitárias no Litoral do Paraná;
- Realização de eventos como a Gibiteca e a Semana do Livro e da Biblioteca.

O espaço físico atual da Biblioteca é de 436 m², em local de fácil acesso, no térreo do bloco B do Setor, possuindo condições adequadas de armazenagem do acervo (ar-condicionado e boa iluminação), área para estudo, rede *wi-fi*, computadores com acesso a internet e sala para a realização das atividades administrativas.

Seu acervo está informatizado através do Sistema Sophia e é formado por aproximadamente 40.000 exemplares, entre livros, periódicos, folhetos, DVDs, CDs, mapas, teses, dissertações e monografias. Abrange assuntos relacionados aos seguintes cursos: Agroecologia, Artes, Ciências, Fisioterapia, Gestão Ambiental, Gestão Desportiva e do Lazer, Gestão e Empreendedorismo, Gestão Imobiliária, Gestão Pública, Gestão de Turismo, Informática e Cidadania, Linguagem e Comunicação, Orientação Comunitária, Saúde Coletiva e Serviço Social. Oferece também um acervo destinado ao público infante juvenil.

A estrutura administrativa da Biblioteca é composta pela Coordenação, Processo Técnico (livros, multimeios e periódicos) e Circulação/Referência. Os serviços são atualmente desempenhados por um quadro funcional composto por 6 bibliotecário - documentalistas, 1 auxiliar de Biblioteca, 2 assistentes em administração e 6 estagiários SIBI.

15.3.1 Funcionamento dos Serviços Disponíveis aos Usuários

A Biblioteca disponibiliza os seguintes serviços aos seus usuários:

Catálogo on-line para consulta ao acervo através do Portal da Informação (<http://acervo.ufpr.br/>);

Consulta local;

Empréstimo domiciliar informatizado;

Reserva e renovação de materiais via *web*;

Empréstimo entre as Bibliotecas (serviço que possibilita o acesso aos materiais disponíveis para empréstimo em outros Campi da UFPR);

Rede *wi-fi* e computadores com acesso a internet;

Levantamento/Pesquisa bibliográfica;

Comutação bibliográfica:

- Comut (permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais Bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais);
- Serviço Cooperativo de Acesso a Documento – SCAD (fornece cópias de documentos especializados em ciências da saúde, atua na América Latina e Caribe).

Elaboração de Ficha Catalográfica;

Normalização (orientação para normalização de trabalhos acadêmicos, a partir das Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos da UFPR);

Educação continuada do usuário (treinamentos sobre o uso da Biblioteca, Portal da Informação e bases de dados, visitas guiadas, entre outros);

Disseminação Seletiva da Informação – DSI (listagem de livros novos, disponível no blog da Biblioteca - <http://bibliotecaufprlitoral.blogspot.com.br/>);

Acesso a fontes de informação digitais.

Pelo Portal da Informação (www.portal.ufpr.br/), o usuário pode obter informações sobre o Sistema de Bibliotecas – SIBI e os serviços oferecidos, efetuar a consulta ao acervo e acessar variadas fontes de informação, tais como o Repositório Digital UFPR, e-books, bases de dados públicas, bases de dados restritas, Portal de Periódicos Capes, Portal de Saúde Baseada em Evidências e periódicos eletrônicos de acesso aberto.

16 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E/OU EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

De acordo com a legislação vigente, os estudantes que possuam experiência, vivência profissional e/ou formação na área de saúde, formação em outra área e em

especial com conteúdo desenvolvidos no curso de graduação em saúde coletiva, podem ter seus conhecimentos aproveitados, desde que esses conhecimentos sejam comprovados e que estejam relacionados às competências e habilidades exigidas para conclusão do Curso, conforme Resolução 92/13 – CEPE/UFPR. A Câmara do Curso avaliará cada caso individualmente e deliberará sobre a forma de validar tais conhecimentos respeitando a legislação em vigência.

17 ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

Em consonância com o que prevê o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, a Setor Litoral busca ofertar atendimento prioritário e acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida desde a aplicação das provas do processo de seleção (a partir de realização de adaptações específicas às necessidades portador de deficiência), passando por seu ingresso no Curso desejado e a oferta de condições efetivas para que se concretize a sua permanência na Universidade.

Para tanto, o Setor Litoral conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), que visa oferecer alternativas à permanência de pessoas com necessidades especiais (alunos, professores e servidores) na Universidade. Tendo como público alvo a comunidade universitária com deficiências visual, auditiva e física, que necessite apoio psicológico ou alunos com altas habilidades/superdotação, o NAPNE objetiva:

- Buscar uma política institucional de permanência com qualidade aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE);
- Oferecer apoio didático pedagógico aos alunos com NEE e seus professores na UFPR;
- Articular ações de ensino pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais;
- Trabalhar de forma articulada com o programa de acessibilidade;
- Oferecer capacitação na área específica.

O NAPNE do Setor Litoral conta com uma equipe multiprofissional (incluindo um servidor técnico especialista em LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais), laboratório de acessibilidade, sala de aula com acessibilidade acústica e programa de apoio psicológico.

Além disso, o Setor Litoral vem buscando adequar seus espaços, mobiliários e equipamentos para os fins de acessibilidade. Neste sentido, já conta com rampas de acesso e banheiros adaptados.

18 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, INDÍGENA, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS

A organização curricular dos Cursos de Graduação do Setor Litoral permite que nos Fundamentos Teóricos Práticos, Interações Culturais e Humanísticas e Projetos de Aprendizagem, estejam inseridas as discussões sobre a Educação das Relações Étnico-raciais, na temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, assim como a integração com a Educação Ambiental de modo transversal, além do combate as graves violações dos Direitos Humanos, de modo contínuo e permanente, tratando de modo transversal e contínuo ao longo da formação do graduando as temáticas, da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, da Educação Ambiental e dos Direitos Humanos, atendendo ao disposto nas legislações vigentes: Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CNE/CP Nº 01/2012 e Parecer Nº 08/2012.

Ainda as Interações Culturais e Humanísticas têm por objetivo a integração dos diferentes componentes curriculares a partir de uma perspectiva interdisciplinar para facilitar a articulação dos diversos saberes (científicos, culturais, populares e pessoais), com a finalidade de sensibilizar e despertar os estudantes para a compreensão da complexidade das questões sócio-político-culturais e ambientais contemporâneas, discutindo também as temáticas, da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, da Educação Ambiental e dos Direitos Humanos.

Quanto aos Projetos de Aprendizagem, têm por objetivo impulsionar e orientar o processo de ensino e aprendizagem do estudante contribuindo para o desenvolvimento da região local. Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos visa estabelecer uma relação da aprendizagem com os quadros sociais, desafiando o estudante a pensar e agir em processos que beneficiem esses quadros. Além disso, sob essa perspectiva, os estudantes são instigados a observar, analisar, questionar e oferecer soluções a partir da realidade concreta e de situações cotidianas, a partir da determinação social das fragilidades, tendo em seu escopo as temáticas, da

História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, da Educação Ambiental e dos Direitos Humanos.

Contudo, as temáticas em questão não se restringem aos módulos de FTP, já que o Curso busca a formação de futuros graduados aptos a ter ampla visão da realidade para realizar análises sobre a Saúde Coletiva, pautados em questões sociais, como às relativas ao trabalho; a qualidade de vida; o entretenimento; as políticas públicas de acesso e fomento; a inclusão de pessoas portadores de necessidades especiais e; a conservação do meio ambiente, entre outros.

Desse modo, verifica-se que o Curso atende ao disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004 (módulo Gênero de Diversidade em Saúde - Código: SLSC065), apresentando em todos os espaços curriculares a Educação das Relações Étnico-Raciais, instigando a discussão da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos módulos e atividades curriculares, já que a implementação de políticas inclusivas e afirmativas de integração social é um dos focos do curso, assim como, o combate as graves violações do Direitos Humanos, seguindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP 01/2012 e Parecer CNE/CP Nº08/2012), desenvolvida no módulo de Legislação do SUS - Código: SLSC066.

Considerando-se, ainda, que o Litoral do Paraná é uma região que se destaca por possuir grandes Áreas de Preservação Ambiental, Parques Nacionais e Estaduais, Reservas Particulares de Patrimônio Natural e outras categorias de Unidades de Conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/00), o Curso busca, de acordo com o seu Projeto Pedagógico de Curso, capacitar profissionais para refletir e agir na sua realidade, criticar e propor ações de intervenção que busquem, por meio do (re) conhecimento do contexto local, desenvolver sustentavelmente a região litorânea. Deste modo, enfatiza-se que, em relação às políticas de educação ambiental, de que trata a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 (módulo Vigilância Ambiental - Código: SLSC087), o curso aplica o disposto nas legislações integrando a educação ambiental aos módulos de modo transversal, contínuo e permanente.

19 REFERÊNCIAS

ASENSIO, M. Enfoque interdisciplinar em el diseño curricular. **Cuadernos de Pedagogía**, Barcelona, n.149,p.81-85,1987.

BRASIL. Artigos 196,197,198e 200.Constituição, 1988. BRASIL. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº **9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm, acesso em 29/05/2013.

_____. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm, acesso em 29/05/2013.

_____. **Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm, acesso em 29/05/2013.

_____. **Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>, acesso em 29/05/2013.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm, acesso em 29/05/2013.

CAMPOS, G. W. S. (org). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo:HUCITEC, 2008.

CARVALHO, S. R. **Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e Mudança**. São Paulo:HUCITEC,2005.

CAVALLET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão: A expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI**. São Paulo, 1999,133p. Dissertação (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

DATASUS. Banco de dados do Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Informação do Paraná. Município de Matinhos, Guaraqueçaba, Estado do Paraná**. 2009.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Editora Cortez/UNESCO, 1996.



ELIAS, P. E. Graduação em Saúde Coletiva: notas para reflexões. **Interface- Comunic, Saúde, Educ**,v.7,n.13,p.167-70, 2003.

FRANCO, E. K. **Currículo por projetos: inovação do ensinar e aprender na educação superior**. São Paulo, 2008, 202. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho. O conhecimento é um caleidoscópio**. 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NUNES, E.D. Saúde Coletiva: história recente, passado antigo. In: CAMPOS, G.W. S., MINAYO, M.C.S., AKERMAN, M., DRUMOND, M., CARVALHO, Y.M. **Tratado de saúde coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009.

PAIM, J. S., ALMEIDA FILHO, N. Saúde Coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saude Publ**, v.32,n.4,p.299-316, 1998.

PAIM, J.S. **O objeto e a prática da Saúde Coletiva: o campo demanda um novo profissional?** Salvador: ISC/UFBA, 2002.

PAIM, J.S. **Desafios para Saúde Coletiva para o Século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2006.

UFBA/ISC. **Graduação em Saúde Coletiva: pertinência e possibilidades**. In: **Seminário e Oficina de Trabalho, 1.**, Salvador. Relatório final. Salvador, 2002.

UFPR. **Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral**. Curitiba, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Setor Litoral. Plano de Desenvolvimento Institucional 2002-2006. Curitiba, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR. Setor Litoral. A Trajetória da Implantação do Setor Litoral. Matinhos, setembro, 2008.